

AJ02823

Valci movimentou R\$ 5,4 milhões entre 1997 e 2000

Desse total, R\$ 3,2 milhões não têm, segundo o MPF, origem lícita declarada. Ao tentar se explicar, o conselheiro acabou ajudando em novas investigações

ANDRÉIA LOPES, GABRIELA RÖLKE, LÚCIA GARCIA E RADANEZI AMORIM

O levantamento do fisco

O partir de 2002, o presidente do Tribunal de Contas, Valci Ferreira, foi alvo de uma ação fiscal da Receita Federal, que demonstrou a prática de crime tributário, conforme denúncia do Ministério Público Federal (MPF). Veja a movimentação financeira de Valci, entre os anos de 1997 e 2000:

Banco	CNPJ	Ano	Movimentação
-	-	1997	R\$ 448.965,00
-	-	1998	R\$ 695.695,00
Banco do Brasil	00.000.000/0001-91	1999	R\$ 543.479,17
-	-	1999	R\$ 309.261,69
-	-	1997	R\$ 168.490,00
-	-	1998	R\$ 229.705,00
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	1999	R\$ 425.393,95
-	-	1999	R\$ 179.723,01
-	-	1997	R\$ 459.217,88
-	-	1998	R\$ 657.962,48
BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo	28.127.603/0001-78	2000	R\$ 663.694,94
-	-	1997	R\$ 295.191,11
Banco Bandeirantes	61.071.387/0001-61	1998	R\$ 336.017,27
Total da Movimentação Financeira entre 1997 e 2000			R\$ 5.422.796,40

Dados da movimentação financeira de cinco contas bancárias do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCES), Valci José Ferreira de Souza, entre os anos de 1997 e 2000, mostram que ele movimentou R\$ 5.422.796,40 naquele período. O número está na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal ao Superior Tribunal de Justiça, na sexta-feira. Do total movimentado, ele omitiu à Receita Federal, segundo a denúncia, R\$ 3.227.545,78.

De acordo com o MPF, Valci teria praticado crime tributário. Entre os R\$ 3.227.545,78 estariam incluídos cheques recebidos da empresa D'Ângelo,

que foram repassados pela Tervap - Pitanga Mineração e Pavimentação.

A Tervap, conforme o MPF, era a empresa vencedora de todas as licitações superfaturadas que estavam sob investigação do Tribunal de Contas. A firma, que realizava obras públicas, vendia serviços à D'Ângelo e não emitia notas fiscais, e nem contabilizava a operação, explicou o Ministério Público. Em troca, a D'Ângelo liquidava tais serviços com cheques, que mais tarde a Tervap utilizava para pagar propinas a conselheiros do TCES.

Por conta dessa e de outras transações, Valci e os conselheiros Mário Moreira, Enivaldo dos Anjos, Umberto Messias

e Marcos Madureira foram denunciados.

Cheques

Conforme a denúncia, Valci movimentou os R\$ 5.422.796,40 na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banestes e Bandeirantes. A maior transação foi no Banco do Brasil, onde R\$ 1.997.400,86 circularam pela conta do presidente do TCES.

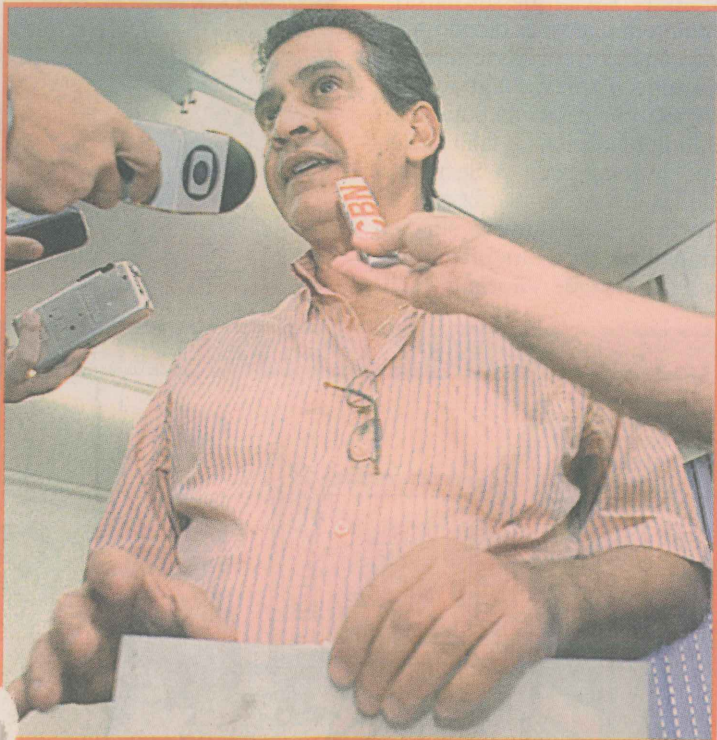
“Ao tentar explicar à Receita sobre o intenso e vultoso movimento financeiro, verificou-se que estas têm como âncora mútuos contratos, que envolvem um mesmo número de pessoas e empresas que estes manejam”, diz a denúncia.

Uma das pessoas que Valci

teria contrato era o empresário Francisco Carlos Perrou, dono do Frigorífico Beija-Flor, localizado em Viana, apontado como local de lavagem de dinheiro. “Valci também tentou justificar à Receita que R\$ 1,2 milhão que ingressou em suas contas, a partir de 1998, era proveniente do contrato de parceria e meação firmando com Perrou”, consta da denúncia.

Por meio desse contrato de parceria e meação, Valci teria que receber R\$ 1,2 milhão, dividido em quatro parcelas de R\$ 300 mil. “Mas uma análise dos extratos de Valci comprovaram que não foram efetuados depósitos nas contas nos valores pactuados”, afirma o MPF.

Conselheiros se reúnem a portas fechadas



Heló Sant'Ana

DEFESA

Enivaldo dos Anjos considera uma injustiça a denúncia do Ministério Público. ‘Eu nem era conselheiro naquele período’

Quatro dos cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) denunciados pelo Ministério Público Federal por envolvimento no “esquema Beija-Flor” estiveram reunidos, ontem, no gabinete do presidente do tribunal, Valci Ferreira. Valci recebeu Enivaldo dos Anjos, Marcos Madureira e Umberto Messias para discutir, entre outros assuntos, a denúncia protocolada no Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com Enivaldo, os conselheiros discutiram uma linha de atuação diante da denúncia apresentada pelo Ministério Público. O conselheiro Mário Moreira, também citado na denúncia pelo suposto recebimento de um carro de luxo dos sócios do frigorífico Beija-Flor, foi o único que não participou da reunião.

Sobre as acusações contra ele, Enivaldo dos Anjos se disse “injustiçado”. “Em 1997, ano em que teriam ocorrido as supostas irregularidades, eu não era

conselheiro. Entrei no TCES em agosto de 2000. A denúncia é fraca com relação a isso, não tem fundamento”, disse.

Afastamento

Ele também disse que não teme o pedido de afastamento dos conselheiros anunciado pelo Legislativo. “O pedido de afastamento não me preocupa. Pedir, a Assembléia pode até pedir. E se a Justiça decidir nos afastar, vou acatar. Mas vou provar pela via judicial que não devo nada”, disse.

O conselheiro disse ainda que a função de um conselheiro “contraria interesses”. “Relatei contra ex-prefeito, ex-governador. Há os que acham que têm que merecer aprovação das contas. Estou dizendo que nessa função é comum ganhar um grande número de inimizades, principalmente no campo político”. Os conselheiros Madureira e Umberto Messias não quiseram receber a reportagem de A GAZETA.